

**MUNICÍPIO DA TROFA****Aviso n.º 27749/2010**

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores:

Alexandra Maria Duarte de oliveira, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Elda Fernanda Carneiro Viagem Guedes, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Elsa Maria da Silva Oliveira, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Gabriela Alexandra Silva Moreira, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Maria de Fátima Ferreira Carneiro, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Maria de Fátima Teixeira Sousa Pinheiro, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Marlene da Conceição Duarte Rodrigues, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Olga Maria de Araújo Gonçalves Campos, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 27/09/2010;

Olga Maria Ferreira Martins de Oliveira, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Paula Cristina de Sá Gonçalves, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Rosa Maria Pereira Rodrigues, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 23/09/2010;

Rosa Maria Santos Oliveira, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Ana Maria Rodrigues Magalhães Alves Custódio, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Maria José Gouveia Oliveira, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Fernanda Maria Costa Brás Azevedo, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Maria Luisa Vieira Marques Vilaça, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010.

Maria Fernanda Teixeira Carneiro, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Helena Celeste Ribeiro Soares Dias, Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Manuel Joaquim Marques da Silva, Assistente Operacional (Guarda-Nocturno), com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 1 (€ 475,00), com efeitos a 01/10/2010;

Maria dos Anjos Marques Caxias Cardoso Moreira, Assistente Técnica, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 5 (€ 683,13), com efeitos a 01/10/2010;

Susana Malheiro Silva, Assistente Técnica, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 5 (€ 683,13), com efeitos a 01/10/2010;

Município da Trofa, 22 de Novembro de 2010. — Presidente da Câmara Municipal, (Joana Lima).

304085992

**Aviso n.º 27750/2010****Contratação, por tempo indeterminado, de Seis Assistentes Operacionais**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), e artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação tomada em sede de reunião de Câmara Municipal em 22 de Novembro de 2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, pelo período de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de seis postos de trabalho, correspondente à carreira e categoria de Assistente Operacional, previsto no Mapa de Pessoal deste Município, em diferentes áreas e com as referências seguintes:

Referência A — quatro postos de trabalho, correspondentes à carreira e categoria de Assistente Operacional (Manutenção dos Espaços Verdes);

Referência B — dois postos de trabalho, correspondentes à carreira e categoria de Assistente Operacional (Limpeza Urbana);

2 — Os procedimentos, a que alude o n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, foram dispensados face ao entendimento divulgado pela DGAEP.

3 — Para cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

4 — Tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à actividade municipal e a urgência da contratação, foi autorizado, no meu Despacho referido no ponto número um, que o acto seja único, sem prejuízo de serem observadas as injunções decorrentes do disposto nos n.ºs 3 a 7 do citado artigo 6.º, bem como do cumprimento do preceituado no artigo 54.º da mesma lei.

5 — Em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no número três do presente aviso, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

6 — Nos termos da alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal deste Município, idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento concursal.

7 — Caracterização do posto de trabalho:

Referência A — Executar diversas tarefas inerentes à manutenção de espaços verdes em geral, nomeadamente: preparação de solo para posterior ajardinamento; condução de viatura afectada ao serviço de jardinagem; aplicação de produtos fitossanitários nos espaços públicos; manutenção da maquinaria e utensílios afectos ao serviço de espaços verdes.

Referência B — Executar as actividades inerentes à limpeza urbana: condução de máquina varredora; limpeza das vias e dos equipamentos de deposição a elas associados, aplicação de produtos fitossanitários e de limpeza nas vias espaços públicas e manutenção da varredora e demais máquinas e equipamentos afectos à limpeza urbana.

8 — Habilitações literárias exigidas: Escolaridade Obrigatória, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

9 — Prazo de validade: o procedimento concursal cessa nos termos do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

10 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.